

# O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas

ELINALDO L. SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA / DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, VITÓRIA DA CONQUISTA – BA, BRASIL

## Resumo

Este ensaio é produto de uma reflexão sobre o desenvolvimento científico da administração. Propõe-se a analisar a trajetória do campo, a partir de suas bases teóricas, refletindo acerca da problemática epistemológica de estarmos diante de um saber que sequer tem claramente definido o seu objeto de estudo. Dessa forma, mediante inspiração no conceito de círculo das matrizes epistêmicas, concebido por Paes de Paula (2015), são realizadas análises com base em três matrizes de conhecimento (Estudos Ortodoxos, Estudos Organizacionais e Estudos Críticos), descrevendo suas trajetórias e destacando a necessidade de um (re)posicionamento e de uma ressignificação do seu objeto científico. Por fim, são feitas algumas considerações a respeito das discussões sobre o desenvolvimento do campo da administração, a fim de instigar os pesquisadores da área a fazerem reflexões mais profundas sobre as bases epistemológicas dessa ciência.

**Palavras-chave:** Campo científico. Matrizes teóricas. Objeto científico.

## *The scientific field of administration: an analysis from the circle of theoretical matrices*

### Abstract

This article is the result of a reflection on the scientific development of the management. It proposes to analyze the theoretical path of the field, from their frameworks, reflecting on the epistemological problem of a knowledge that even haven't clearly defined its object of study. Inspired in the concept of the *circle of epistemic matrices*, conceived by Paes de Paula (2015), the analysis is based on three theoretical matrices (Orthodox Studies, Organizational Studies and Critical Studies), verifying their trajectories and highlighting the need to reposition their scientific object. Finally, some considerations are made in order to instigate the researchers of this area to make more profound reflections on the epistemological bases of this science.

**Keywords:** Scientific Field. Theoretical Matrices. Scientific Object.

## *El campo científico de la administración: un análisis desde el círculo de las matrices teóricas*

### Resumen

Este ensayo es un producto de una reflexión acerca del desarrollo científico de la administración. Se propone analizar la trayectoria del campo, desde sus bases teóricas, reflexionando sobre la problemática epistemológica de estar ante un saber que ni siquiera ha definido claramente su objeto de estudio. De esta forma, mediante inspiración en el concepto de círculo de las matrices epistémicas, concebido por Paes de Paula (2015), se realizan análisis basados en tres matrices de conocimiento (Estudios Ortodoxos, Estudios Organizativos y Estudios Críticos), describiendo sus trayectorias y destacando la necesidad de un (re)posicionamiento y de una ressignificación de su objeto científico. Por último, se hacen algunas consideraciones con respecto a las discusiones acerca del desarrollo del campo de la administración, a fin de instigar a los investigadores del área a hacer reflexiones más profundas sobre las bases epistemológicas de esta ciencia.

**Palabras clave:** Campo científico. Matrices teóricas. Objeto científico.

Artigo submetido em 23 de julho de 2015 e aceito para publicação em 27 de abril de 2017.

DOI : <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395152841>



## INTRODUÇÃO

A administração surgiu como prática social há milhares de anos, nas antigas civilizações, mas seu estudo como ciência é relativamente recente: em torno de um século de existência. O marco histórico do nascimento da ciência da administração se deu com a publicação dos *Princípios da administração científica* ([1911] 2010), de Federick Winslow Taylor (CUNHA, 2000; FRANÇA FILHO, 2004; VIZEU, 2010). A ideia de introduzir nas organizações produtivas conhecimentos de planejamento, especialização, controle e execução possibilitou o surgimento de um pensamento administrativo moderno, cujas origens se encontram no desenvolvimento do sistema capitalista de produção, no processo de industrialização e no movimento doutrinário do *management* (VIZEU, 2010).

Embora seja possível identificar um processo de surgimento, crescimento e desenvolvimento da administração, estamos diante de um campo científico bastante contestado, uma vez que é comum o questionamento: administração é ciência ou arte? (MATTOS, 2009). Para responder essa pergunta se recorre a uma reflexão sobre o que é ciência na contemporaneidade, pois na pós-modernidade esse conceito vai além de tudo o que foi formulado na modernidade.

A ciência moderna tende a ser excludente, porque não contempla os demais saberes em sua epistemologia, portanto, descarta conhecimentos como o filosófico, o religioso e o senso comum. Por sua vez, na perspectiva da ciência pós-moderna, o conhecimento científico é produzido com base em uma abordagem multidisciplinar, que vai da filosofia à estética, envolvendo as artes e a sociologia, pois tende a constituir um saber não dualista, que se consolida pela superação do que seja físico/biológico, natural/cultural, humano/não humano, mente/matéria, sujeito/objeto, teórico/prático, indivíduo/estrutura, como sinalizam os estudos de Morin (1982), Santos (2004), Capra (2006) e Sousa Santos (2010).

Nesse sentido, todo o conhecimento científico, no contexto das ciências sociais, é ao mesmo tempo natural e social, local e global, filosófico e popular, já que busca conhecer a natureza humana. Por isso, quando se fala de ciência pós-moderna,

\* Fonte da imagem: Arquivo pessoal do autor. Capa do Livro *Teorias Administrativas Contemporâneas: diálogos e convivência*. Hucitec e Edições Uesb, 2016.

não existe dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais, muito menos entre ciência e arte. Essa distinção só se assenta em uma visão mecanicista da ciência.

Posto isso, o objetivo deste ensaio é analisar a trajetória do campo da administração, a partir de suas matrizes teóricas, refletindo sobre a problemática epistemológica de estarmos diante de um campo que sequer tem seu objeto de estudo claramente definido. Para tanto, estruturamos o trabalho em três seções, além desta introdução:

1. A primeira apresenta uma análise histórica sobre o desenvolvimento teórico do campo, considerando o aparecimento, na literatura, de três subcampos: Estudos Ortodoxos da Administração (EOA), Estudos Organizacionais (EO) e Estudos Críticos em Administração (ECA);
2. A segunda apresenta uma reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da administração, de modo a evidenciar a necessidade de um (re)posicionamento e uma ressignificação do seu objeto científico; e
3. A terceira apresenta nossas considerações finais sobre as problemáticas destacadas ao longo do texto, com a finalidade de contribuir para o reposicionamento do campo da administração.

## O CAMPO CIENTÍFICO DA ADMINISTRAÇÃO NA PERSPECTIVA DO CÍRCULO DAS MATRIZES TEÓRICAS

O constructo “administração” é utilizado, neste ensaio, com o sentido de campo científico do conhecimento, espaço de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos (BOURDIEU, 1989; 2002). O campo científico é um *campo social* como outro qualquer, cheio de relações de força, disputas e estratégias e atende interesses específicos daqueles que compõem a rede.

A administração, na condição de campo científico, expressa-se como um saber interdisciplinar que ainda necessita de reconhecimento e legitimação da comunidade científica. Por ser um campo de conhecimento em fase de consolidação, há um esforço, por parte da sua comunidade acadêmica, para conceder seu *status* de ciência. Em decorrência disso, conferem-se na literatura da área três matrizes de conhecimento, cujos conteúdos contribuem para essa finalidade: a) EOA; b) Estudos Organizacionais (EO); e c) Estudos Críticos em Administração (ECA).

Quase sempre, essas matrizes teóricas apresentam linguagens específicas: nos EOA há predominância da linguagem técnica; nos EO prevalece a linguagem interpretativa; e nos ECA sobressai a linguagem emancipatória. Talvez, por esse motivo, nota-se ausência de diálogo e concatenação entre esses saberes, suscitando uma visão fragmentada do pensamento administrativo, uma vez que, tomados separadamente, configuram um ponto cego em relação aos outros dois e potencializam a incomunicabilidade entre si (PAES DE PAULA, 2015).

Na tentativa de contribuir com um olhar interdisciplinar do campo da administração, adaptou-se o conceito do “círculo das matrizes epistêmicas”, um constructo teórico elaborado por Paes de Paula (2015), com o fim específico de repensar a concepção dualista, fragmentada e rígida da ciência, formulada por Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979), no diagrama dos paradigmas sociológicos<sup>1</sup>.

O “círculo das matrizes epistêmicas”, de inspiração habermasiana, concebe três tipos de conhecimento cognitivo (empírico-analítico, hermenêutico e crítico), que em processo dinâmico cria condições favoráveis de diálogo e convivência entre filosofia e ciência, possibilitando outras formas de produção de conhecimento, para além dos sugeridos por Burrell e Morgan (1979). A Figura 1 adapta o círculo das matrizes epistêmicas ao campo da administração, para orientar a estruturação e as análises deste ensaio.

<sup>1</sup> O diagrama é representado por um sistema de coordenadas cartesianas, formado por dois eixos perpendiculares: um horizontal e outro vertical, que se cruzam na origem das coordenadas. O eixo horizontal é formado por duas possibilidades de mudanças sociológicas: sociologia de mudança radical e sociologia de mudança regulada. O eixo do vértice é constituído pela visão dicotômica de ciência, subjetividade-objetividade. Para Burrell e Morgan (1979), a visão dicotômica de sociedade e de ciência é resultante do pensamento e da ação dos cientistas sociais.

Figura 1

**Círculo das Matrizes Teóricas da Administração**



Fonte: Adaptada de Paes de Paula (2015, p. 116).

O círculo das matrizes teórico da administração imprime uma lógica de diálogo e convivência entre saberes, dado que cada um desses conhecimentos (ortodoxo, organizacional e crítico) dispõe de campo de visão com características específicas, que capta isoladamente apenas uma parte da realidade social, porém, em uma perspectiva dialógica, alarga-se a possibilidade de melhor compreender o significado da gestão e a trajetória da administração, enquanto campo científico. Para uma compreensão dessa realidade, apresentamos nas subseções seguintes os percursos e alguns percalços do campo científico da administração.

## **ESTUDOS ORTODOXOS DA ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM, PERCURSOS E PERCALÇOS**

Em uma perspectiva abrangente, os EOA podem ser definidos como toda produção científica aplicada às organizações produtivas mercantis, concebida nos moldes da ciência positivista, do método empirista, do liberalismo econômico, dos princípios de engenharia, tendo por fim elevar a eficiência produtiva do capital e do trabalho (FRANÇA FILHO, 2003; 2004). Nessa esfera, há uma coletânea de teorias gerenciais conhecida na literatura especializada como Teoria Geral da Administração (TGA)<sup>2</sup>, uma espécie do *mainstream* do campo, aqui sistematizada na Quadro 1.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que não é nosso propósito descrever e/ou analisar as especificidades dessas teorias, mas apenas citá-las, de modo a proporcionar ao leitor uma visão da evolução do campo da administração em sua totalidade.

**Quadro 1**

**Esquema Cronológico dos Estudos Ortodoxos da Administração**

Século XIX	Antecedentes	Revolução Industrial (Adam Smith)
1900-1930	Escola Clássica	Administração Científica (Frederick Taylor)
		Teoria Geral da Administração (Henri Fayol)
		Teoria Burocrática das Organizações (Max Weber)
1940	Escola Comportamental	Movimento das Relações Humanas (Abraham Maslow, Douglas McGregor)
		Estudos de Hawthorne (Elton Mayo)
		Primeiras Teorias de Motivação e Liderança
1940-1950	Escola Quantitativa	Teoria da Matemática (Patrick Blackett)
		Pesquisa Operacional
		Teoria dos Jogos (John Von Neumann, Oskar Morgenstern)
1960	Escola Pragmática	Teorias Neoclássicas (Harold Kootz, Cyril O'Donnel)
		Administração por Objetivo (Peter Drucker)
1960-1990	Escola Moderna	Abordagem Sistêmica
		Abordagem Contingencial (Joan Woodward, Alfred Chandler Jr., Igor Ansoff, Michael Porter, Henry Mintzberg)
		Administração por Processos (William Edwards Deming)
		Excelência Administrativa (Robert Monks)
Século XXI	Perspectivas Contemporâneas	Teoria do Caos (Edward Lorenz)
		Teoria da Agência (Kathleen Eisenhardt)
		Teoria dos Custos de Transação (Oliver Williamson)
		Teoria da Dependência de Recursos (Jeffrey Pfeffer e Gerald Salancik)

Fonte: Elaborado pelo autor.

O surgimento da ortodoxia da administração, citado anteriormente, teve seu marco com a publicação dos *Princípios da administração científica* ([1911] 2010). Com ele, propaga-se a crença de que era possível, mediante princípios gerenciais, obter ganhos de produtividade e lucratividade em qualquer organização. As ideias de organização do trabalho contidas na obra do norte-americano Frederick Taylor percorreram o mundo. Vizeu (2010, p. 789) relata que: “já no período entre as guerras mundiais, praticamente em todos os tipos de organizações – econômicas e não econômicas – se observam a aplicação dos princípios sintetizados por Taylor”. O fenômeno taylorismo se expande por todos os países industrializados da Europa (KIPPING, 1997), pelo Japão (SASAKI, 1992) e até pela Rússia comunista (BRAVERMAN, 1974).

Para Vizeu (2010), três importantes fatos históricos explicam a origem do pensamento ortodoxo da administração. Primeiro, o surgimento do sistema capitalista de produção, inicialmente conduzido pelo capital mercantil, mediante compra e venda de mercadorias, posteriormente pelo capital industrial e financeiro. Nessa fase, o capital industrial se funde com o capital financeiro, criando, com isso, novos *loci* de reprodução capitalista constituídos nas grandes empresas. É nesse contexto econômico e social que a ciência da administração dá seus primeiros passos em busca de um objeto de investigação científica.

A Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra do século XVIII, é vista por Vizeu (2010) como o segundo fato histórico para explicar a origem do pensamento ortodoxo da administração, uma vez que criou um ambiente propício ao surgimento de novos negócios e novas organizações, a exemplo da fábrica. Com isso, intensificam-se os problemas gerenciais – nível de produtividade, padronização, controle de estoque, controle de qualidade – e, concomitantemente, aumenta a necessidade de criação de métodos de mensuração adequados para determinar o ponto ótimo de maximização da produção e da receita e

de minimização dos custos. É nesse cenário de industrialização do sistema econômico capitalista que surgiram os primeiros problemas gerenciais da administração moderna. De início, as questões foram analisadas dentro do campo da economia, de forma precisa, com o pensamento neoclássico. Posteriormente, as questões de ordem operacional passaram a ser explicadas pelo movimento da administração científica, porém, sob os pressupostos do pensamento neoclássico – necessidades ilimitadas e escassez de recursos. Esses pressupostos, de alguma forma, orientam até hoje a tomada de decisão dos agentes administrativos (indivíduos, empresas e governos), uma vez que praticamente todas as decisões administrativas de alocação de recursos são tomadas com base na relação custo/benefício.

O terceiro fato histórico deu-se com o aparecimento do movimento doutrinário do *management*, liderado por profissionais da área de engenharia. O movimento nasce nos Estados Unidos da América com denominação de *works management*, porém, expande-se para outros países da Europa, da Ásia e da América Latina, com o propósito de desenvolver métodos de racionalização do trabalho e da produção. Para Vizeu (2010), o movimento é marcado por três diferentes etapas: etapa *ad hoc* da gestão, etapa de experimentação da gestão e etapa da sistematização prática da gestão.

Como se percebe, é a partir desses eventos históricos que surge a necessidade de um saber sistematizado da organização industrial. É nesse contexto que os *Princípios de administração científica* ([1911] 2010) tornam-se um referencial no ensino e na pesquisa da administração em todo o mundo industrializado. França Filho (2004), em análise aos fundamentos epistemológicos da administração, classifica-o em três grandes subcampos do conhecimento: técnicas gerenciais, áreas funcionais e teorias organizacionais. Vejamos sua interpretação por França Filho (2004, p. 122-130):

- As técnicas gerenciais são metodologias de trabalho utilizadas no cotidiano da gestão empresarial. [...] Porém, sempre com a pretensão de validade universal, ou seja, transpostas para o âmbito de instituições públicas, governamentais e sociais, como modelos a serem seguidos para “a boa eficiência” administrativa. [...] Elaboradas sob a forma de modelos gerenciais, essas metodologias incorporam, em geral, um conhecimento muito técnico sobre gestão, em mescla com algumas ideias sobre temáticas ligadas ao campo das relações humanas, como motivação, liderança ou comunicação. Como exemplos são citados: Organização Racional do Trabalho (ORT) proposta por Taylor, Administração por Objetivo (APO) de Drucker, nos anos de 1950, e, mais recentemente, nos anos de 1980 e 1990, as ondas da qualidade total, reengenharia e dos sistemas ISO.
- As áreas funcionais comungam com as técnicas gerenciais o sentimento pragmático das ideias desenvolvidas e a natureza prescritiva do campo. São subáreas de especialização da prática administrativa: o marketing, as finanças, a gestão da produção e a gestão de recursos humanos. [...] Sua origem remonta à noção de divisão do trabalho proposta por Fayol, no início do século XX, como princípio universal da administração.
- As teorias organizacionais, por sua vez, buscam explicar: o que é uma organização? Quais dimensões a constituem? Quais fatores influenciam a dinâmica das organizações? [...] Os dois pilares fundamentais de uma teoria das organizações encontram-se, portanto, em duas orientações principais: os estudos ditos do “comportamento organizacional” e a chamada sociologia das organizações. [...] A primeira é herdeira da tradição da psicologia dominante nos EUA e privilegia o tratamento de temas como motivação, liderança e tomada de decisão no universo organizacional. A segunda é influenciada, sobretudo, por sociólogos americanos de inspiração funcionalista, que desenvolvem estudos sobre a burocracia e os sistemas sociais, na esteira da interpretação feita por Talcott Parsons e dos trabalhos deixados por Max Weber. [...] Por outro lado, desenvolve-se também uma série de outras abordagens, que têm sido chamadas por alguns “estudos críticos” das organizações, cuja preocupação fundamental é revelar algumas dimensões importantes da análise organizacional não percebida pela perspectiva funcionalista.

A compreensão do campo da administração sugerida por de França Filho (2004) coincide, em parte, com a estruturação deste ensaio. Nossa ressalva aplica-se à nomenclatura concedida ao subcampo técnicas gerenciais, o qual classificamos como EOA, incluindo as divisões das áreas funcionais idealizadas por Henri Fayol, legítimo representante do pensamento ortodoxo, como também os ECA, dentro do subcampo dos EO. Os ECA, a nosso ver, têm suas especificidades epistemológicas e metodológicas, portanto, não devem ser considerados continuidade dos EO. Em decorrência disso, consideramos mais apropriado entender o campo a partir do círculo das matrizes epistemológicas de Paes de Paula (2015), classificando-o em EOA, EO e ECA.

Além disso, discordamos de França Filho (2004) quando o autor nos permite compreender que o objeto científico da administração tende a ser as “organizações”, mas sem destacar a possibilidade de também ser a “gestão”. Essa indefinição, ao nosso olhar, encontra-se na dificuldade do autor para delimitar epistemologicamente os dois campos: estudos administrativos e EO. Nesse ponto, entendemos que o objeto científico da administração seja a gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, tal como defende Santos (2004, p. 37) e não a organização, como aponta França Filho

(2004). A organização é o objeto científico dos EO, na condição de disciplina autônoma, e não dos estudos administrativos. Contudo, concordamos com França Filho (2004) quando o autor classifica o pensamento ortodoxo da administração como pragmático, prescritivo e fortemente fundamentado no paradigma funcionalista, visão que também é compartilhada por autores como Burrell e Morgan (1979), Morgan (1996; 2005), Ramos (1989), Chalal (2000), Aktouf (2001; 2004; 2005), entre outros.

Há, historicamente, um apego ao funcionalismo como fonte hegemônica da ciência administrativa em geral, tanto no campo da ortodoxia, como também em parte dos EO, mas, por outro lado, também há um foco de resistência a essa tendência, que se ampara nos fundamentos do interpretativismo, da teoria crítica e do pensamento pós-estruturalista. Nesse foco de resistência encontra-se parte dos EO e dos ECA, com destaque para os estudos de François Chalal, Omar Aktouf, Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg, Prestes Motta, Mats Alvesson, Hugh Willmott, Valérie Fournier, Chris Grey e Reginaldo Santos.

Para esses autores, os EOA consistem na aplicação de pressupostos da economia neoclássica na esfera das organizações industriais, uma vez que sempre buscam a maximização dos ganhos e a minimização das perdas, fortemente presentes no método de organização racional do trabalho (ORT) de Frederick Taylor, na administração geral de Henri Fayol, na administração por objetivo (APO) de Peter Drucker e/ou na excelência administrativa de Robert Monks, como indica Santos (2004, p. 23-24):

[...] a ciência administrativa nasce com o advento da Escola Neoclássica da Economia, que surge com a crise do capitalismo do último quartel do século XIX e início do século XX, através do pensamento e obra de autores como William Petty, Leon Walras, Alfred Marshall, Artur Cecil Pigou, entre outros que constituíram os fundamentos da microeconomia. Com as mudanças na organização do capitalismo ocorridas ao longo do século XIX, com o aparecimento de mercados imperfeitos, mediante estruturas oligopólicas e monopólicas, a tradição clássica, mais voltada para o estudo da economia política do desenvolvimento, praticamente dá lugar ao estudo do comportamento das unidades de produção e consumo, representadas pelos indivíduos, famílias e empresas. Este é o momento em que a lógica do valor trabalho é orientadamente substituída pela lógica do valor utilidade, fundada na racionalidade dos fatores econômicos e na soberania do consumidor.

A forte influência do pensamento neoclássico da economia no nascedouro da ciência da administração explica o fato dos pioneiros pensarem a administração estritamente em torno do ato de gerir empresas industriais, por meio do planejamento racional, previsibilidade e controle, tendo como base os fundamentos da ciência positivista, bastante em vigor na época. Nessa ocasião, o objeto de investigação da ciência administrativa centrava-se nas análises dos problemas gerenciais da organização do trabalho e da produção. Entretanto, com o advento dos EO, em especial com os trabalhos de Amitai Etzioni, Kurt Lewin e Elton Mayo, houve um deslocamento da gestão para a organização como unidade de análise (CUNHA, 2000; FRANÇA FILHO, 2004). Esse deslocamento demarca o subcampo dos EO e abre uma discussão a respeito do “verdadeiro” objeto de estudo da ciência da administração, se seria a gestão ou a organização. Sobre isso, Santos (2004) esclarece que, do ponto de vista do enquadramento científico, a administração é um campo inteiramente indefinido, principalmente por não ter ainda demarcado seu objeto de investigação científica. Entretanto, defende a tese:

Embora as organizações/instituições constituem o gênero que contém elementos essenciais do objeto da disciplina administração, porém, elas são espaços particulares nos quais apenas habita o objeto. A essência perpassa o espectro das relações sociais internas das organizações e se estabelece nos limites das relações mais amplas, portanto, no âmbito da sociedade. [...] Isso estando entendido, pode-se dizer que as organizações podem constituir-se em objeto de pesquisa em administração, mas nunca constituem objeto que dá *status* de ciência de administração (SANTOS, 2004, p. 37).

A tese do autor em questão consiste no fato de que a organização é lócus onde habita o objeto da administração e não o objeto em si, pois no espaço organizacional manifestam-se diversos fenômenos sociais, como: fenômeno de comportamento, de cultura, de poder, de comunicação, de troca, de memória e, sobretudo, de gestão. Assim, as organizações só podem ser objeto de pesquisa; entretanto, não é particularmente da administração, mas também da psicologia, da antropologia, da sociologia, da economia ou mesmo da história. Por outro lado, existe o fenômeno da gestão, não apenas na perspectiva de conjuntos de técnicas instrumentais, tais como foram concebidas no pensamento ortodoxo da administração, mas em uma perspectiva de relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade. Por essa concepção, a gestão, na condição

de fenômeno social, não pode ficar sem amparo de um campo científico, capaz de observar, descrever e explicar as contradições decorrentes dessas relações. Nesse sentido, Santos (2004) defende a gestão como objeto exclusivo da ciência da administração, porém, em uma perspectiva para além do gerencialismo técnico do pensamento ortodoxo. Essa visão também é compartilhada com Fournier e Grey (2000), Cooke (2004; 2008), Murphy (2008) e Escobar (2007; 2008), quando compreendem os discursos e as práticas de gestão como fenômenos históricos, sociais e geopolíticos.

## ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: ORIGEM, PERCURSOS E PERCALÇOS

Por EO se entende todo conhecimento produzido na tentativa de descrever, interpretar e explicar o comportamento das e nas organizações, tendo por referência teórica as produções oriundas da psicologia, da sociologia, da antropologia, da economia, da ciência política, entre outras. Comumente, as análises nesse campo centram-se em questões como racionalidade, integração, mercado, poder, (re)conhecimento, justiça (REED, 1999). Em síntese, trata-se de um subcampo multi e interdisciplinar.

Fadul e Silva (2009), ao analisar a natureza desse subcampo, constataram que consegue ser designado por expressões diversas, a depender de sua condição de independência ou relevância e da ciência ou disciplina à qual ele pertence. Em suas análises:

Quando completamente independente, trata-se da ciência organizacional que, segundo Casanova (2006), é uma disciplina que resulta da reunião de outras disciplinas como a engenharia, fisiologia, administração, economia e sociologia, em função da organização, aí concebida como sistema complexo. A ciência da organização caracteriza-se por sua transversalidade em relação às outras disciplinas, o que faz dela, na definição de Hilton Japiassú (2006), uma hiperdisciplina. Quando pertence a uma disciplina, os estudos organizacionais são a especificação de uma disciplina mais ampla, voltada para a organização definida como parte do objeto de estudo da disciplina de origem. Nesta condição de pertinência aqui se destacam: a sociologia das organizações e a psicologia das organizações. [...] Quando considerada pertencente à administração, a disciplina estudos organizacionais é designada em função de sua origem ou pertinência a outra disciplina, da concepção da ciência definida e de até objeto estudado (FADUL e SILVA, 2009, p. 360).

Diante da complexidade de descrever a delimitação do subcampo dos EO, aqui nos interessa considerar a origem e a pertinência com os estudos administrativos. Nesse sentido, Reed (1999), Cunha (2000), Aktouf (2001; 2004; 2005), França Filho (2004) e Santos (2004) consideram a teoria das organizações uma evolução da teoria da administração que se posiciona como uma alternativa à abordagem do pensamento ortodoxo. Cunha (2000, p. 47), ao analisar o desenvolvimento do campo, destaca a função dos EO na ciência da administração.

A ciência organizacional é entendida como um dos domínios disciplinares que ajudam a formar o território multidisciplinar que é a gestão. Ou seja, nem tudo o que é gestão é do domínio da ciência organizacional, mas toda ciência organizacional pode ser entendida como podendo ser abarcada por uma ciência de gestão que demonstre preocupações não apenas aplicadas, como também, teóricas.

Em sua análise, a ciência organizacional contribui com a ciência da gestão (administração) por meio de suporte teórico e metodológico, fundamentando, assim, o lado prático da administração. A ciência organizacional é, para Cunha (2000), um aglutinador de duas dimensões: comportamento organizacional e teorias das organizações. Estas duas dimensões constituem o arcabouço teórico-prático dos EO e assim se apresentam:

**Comportamento organizacional.** Domínio específico: o estudo dos indivíduos e grupos em contexto organizacional, e o estudo da forma como os processos e as práticas internos afetam os indivíduos e grupos. Entre os seus tópicos principais encontram-se as características individuais (crenças, valores e personalidade), os processos individuais (percepção, motivação, tomada de decisão, julgamento, implicação e controle), características grupais (dimensão, composição e estruturais), processos grupais

(tomada de decisão e liderança), processos e práticas organizacionais. [...] e a influência de todos estes fatores nos resultados individuais, grupais e organizacionais, tais como o desempenho, *turnover*, absenteísmo e *stress*.

**Teoria das organizações.** Domínio específico: construção e testagem de teorias sobre organizações, e seus membros e a sua gestão, relações organização-envolvente e processos organizativos. Os avanços em teoria das organizações incluem a escolha estratégica, a dependência de recursos, a ecologia organizacional e a teoria institucional. Os seus desenvolvimentos mais recentes incluem a perspectiva crítica, feminista, cognitiva e pós-moderna. Os novos desafios abarcam a melhoria da qualidade, as alianças estratégicas, a implementação de novas tecnologias, os processos de governação e controle, as reestruturações organizacionais e a diversidade estratégica global (CUNHA, 2000, p. 47-48).

Diante da delimitação do campo, descrita por Cunha (2000), é possível identificar nos EO alguns elementos caracterizadores do pensamento positivista, principalmente nos temas que são fundamentados pelas teorias behavioristas e estruturalistas. O fato é que, mesmo se colocando como uma alternativa ao pensamento ortodoxo da administração, isso não significa que os EO tenham abandonado na totalidade a abordagem funcionalista, a marca do pensamento ortodoxo. Existe uma espécie de sucessão de ciclos de dominância de pensamentos mais conservadores e com pensamentos mais progressistas. Essa dualidade parece continuar viva, com correntes claramente humanistas e outras declaradamente funcionalistas (CUNHA, 2000). A lição que podemos extrair desse comportamento dualístico é que existem duas importantes preocupações nas produções científicas dos estudos organizacionais: eficiência/produktividade e trabalho humano. Em tais pesquisas, verifica-se um esforço da academia em introduzir análises interpretativas, críticas e pós-modernas nas investigações administrativas e organizacionais.

Outra questão para ser pontuada sobre os EO diz respeito à sua origem e ao seu pertencimento. Reed (1999) argumenta que os EO têm origem nas investigações realizadas por estudiosos do século XIX, como Saint-Simon, quando buscava interpretar as transformações ideológicas e estruturais da sociedade capitalista industrial, bem como das contribuições de Frederick Taylor, Henry Fayol, Chester Barnard, Elton Mayo e Max Weber. Já Cunha (2000, p. 49) apresenta três possíveis perspectivas para a origem do campo:

- Uma primeira perspectiva, principalmente sustentada por aqueles que transitaram da psicologia para a ciência organizacional, defende que o início desta pode ser remetido para os trabalhos conduzidos em meados dos anos [19]40 por Kurt Lewin e colegas sobre a liderança e a dinâmica de grupos.
- Os investigadores provenientes da sociologia atribuem normalmente a fundação da ciência organizacional aos trabalhos desenvolvidos por volta de 1950 pelos “sociólogos da burocracia” como Robert Merton, Philip Selznick, Alvin Gouldner e Peter Blau.
- Uma terceira perspectiva, defendida por aquele autor (LAWRENCE, 1983, p. 2-3), considera que o nascimento da ciência organizacional deve ser associado a trabalhos anteriores, tomados como fundadores as obras de Elton Mayo (*Human problems, of an industrial civilization*, de 1933), Chester Barnard (*Functions of the executive*, de 1938), e Fritz Roethlisberger e William Dickson (*Management and the worker*, de 1939).

Certamente, o que se verifica é a natureza multidisciplinar do campo. Independente de suas origens (psicologia, sociologia ou administração), estamos diante de um campo com uma agenda de investigação para além do conceito de disciplina, como um domínio delimitado e ordenado de conhecimentos possíveis de produção, difusão e aprendizagem de determinado campo de saber.

Na tentativa de delimitar o campo das teorias organizacionais, Burrell e Morgan (1979) identificaram quatro paradigmas sociológicos (funcionalismo, interpretativismo, humanista radical e estruturalista radical) nos quais deveriam enquadrar todos os conhecimentos produzidos, das ciências sociais em geral e da ciência organizacional em particular. O modelo proposto pelos autores classifica as teorias com base em quatro possíveis categorias de visões de mundo, representadas em diferentes proposições metateóricas em relação à natureza da ciência (subjéctiva e objectiva) e à mudança da sociedade (mudança por regulação ou mudança por via radical), conforme representação da Figura 2.

**Figura 2**  
**Análise Paradigmática dos Estudos Organizacionais**



Fonte: Adaptada de Morgan (2005, p. 61).

Para classificar as teorias, Burrell e Morgan (1979) utilizaram duas abordagens da ciência: a subjetiva e a objetiva, alicerçadas em quatro importantes estruturas científicas: 1) a ontologia (analisa os pressupostos e resultados metafísicos das ciências); 2) a epistemologia (estuda a filosofia da ciência); 3) a natureza humana (visão do homem sobre a realidade); e 4) a metodologia (estuda os métodos de investigação científica), bem como duas visões sobre o processo de mudança na sociedade: 1) a sociologia da mudança radical, onde existe preocupação com problemas de mudança, conflito e coerção nas estruturas sociais, enfatizando divisão, hostilidade, dissenso e desintegração; 2) a sociologia de mudança regulada, onde o equilíbrio social enfatiza o compromisso, a coesão, a solidariedade, o consenso, a reciprocidade, a cooperação, a integração, a estabilidade e a persistência. Podemos sintetizar os quatro paradigmas da seguinte forma:

- O paradigma funcionalista pressupõe uma sociedade com existência concreta e real, orientada para a produção de um estado de coisas ordenado, regulado e com certa visão sistêmica da realidade. Estimula a crença em uma ciência social objetiva, isenta de valor, produtora de conhecimento empírico e útil. Em síntese, os funcionalistas entendem as organizações sociais como objetos tangíveis, concretos e objetivos;
- O paradigma interpretativista pressupõe que a realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos. Entende que há uma ordem e um padrão implícito no mundo social que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. A ciência é considerada uma rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivas. A realidade social é um processo emergente, uma extensão da consciência humana e da experiência subjetiva;
- O paradigma humanista radical pressupõe, tal como os interpretativistas, que a realidade social não existe no sentido concreto e real da natureza, pois é algo socialmente criado e socialmente sustentado que leva a uma patologia da consciência humana, uma espécie de prisão psíquica. A ciência é vista como um instrumento de dominação a serviço do capitalismo, cujos conceitos (riqueza, escassez, lazer, democracia, desenvolvimento etc.) são modos de dominação ideológica;
- O paradigma estruturalista radical considera a sociedade uma força potencialmente dominadora. Nele, o que se pensa e o que se deseja é fruto do que a sociedade impõe a cada um em seu lugar específico dentro da estrutura. No estruturalismo não existe autonomia do indivíduo, pois este está sempre sujeito às imposições das estruturas. A ação individual é mera reprodução das estruturas coletivas. Para os estruturalistas, o comportamento humano é determinado por estruturas culturais, sociais e psicológicas. Porém, vinculado a uma concepção materialista do mundo social, definida por estruturas sólidas, concretas e ontologicamente reais (econômica, política, tecnológicas etc.) O estruturalista está interessado em compreender as tensões intrínsecas e a maneira como os detentores de poder na sociedade procuram controlá-las por meio de vários modos de dominação (MORGAN, 2005, p. 61-62).

Os estudos demonstraram uma concentração das teorias organizacionais dentro do paradigma funcionalista, cuja crença encontra-se em uma ciência objetiva, positivista, isenta de valor e em uma sociologia da regulação, em que a sociedade é explicada com base na racionalidade instrumental e utilitária. Verificaram-se, também, mediante o uso de metáfora, oito possibilidades de análises organizacionais (máquina, organismo, cérebro, cultura, política, dominação, fluxo e transformação e prisões psíquicas) com interseções e também com debates excludentes entre elas. Toda essa análise aponta a existência de um campo teoricamente fragmentado como o objeto (organização) amplo, multidimensional, complexo e dinâmico. No que pesem as críticas a Burrell e Morgan (1979) a respeito do caráter excludente dos paradigmas que contemplam apenas a tradição modernista, é importante reconhecer a contribuição que o ele forneceu ao desenvolvimento nas ciências sociais no geral e, em específico, aos estudos administrativos. A administração possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens teóricas, a exemplo dos ECA.

## ESTUDOS CRÍTICOS EM ADMINISTRAÇÃO: ORIGEM, PERCURSOS E PERCALÇOS

Antes de adentrarmos na análise dos ECA, é necessário colocar uma questão de partida: “estudos críticos” em relação a quem e a quem? Para tentar responder essa questão, tomamos como referência dois importantes trabalhos. Um de caráter mais amplo, do ponto de vista da filosofia da ciência, *Porque é tão difícil construir uma teoria crítica*, produzido por Boaventura de Sousa Santos (1999) e outro de cunho mais específico, no campo da administração, *At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies*, desenvolvido por Valérie Fournier e Chris Grey (2000).

O sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 197) afirma que: “a tarefa dos estudos críticos consiste em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado”. Semelhantemente, Fournier e Grey (2000, p. 16) ressaltam que: “estar envolvido em estudos críticos de gestão significa dizer que existe algo de errado com a gestão, enquanto prática e corpo de conhecimento, e que ela deve ser mudada”. Essas duas colocações nos remetem para o entendimento de que existe uma realidade dada, existe algo errado com essa realidade e existe um sentimento para mudança. No entanto, de qual realidade estamos falando? Por que mudar essa realidade?

Sousa Santos (1999; 2010), para responder esses questionamentos, centra sua análise nas grandes promessas da modernidade não efetivadas ou efetivadas com efeitos perversos. Promessas como da igualdade, da liberdade, da paz perpétua e da dominação da natureza nos colocam diante de situações e de condições que nos suscitam desconforto e indignação, não faltando, assim, fatos para criticar. Como exemplos são citados: a concentração da riqueza, a violação dos direitos humanos, os conflitos entre Estados, a destruição da natureza, entre outras que nos obrigam a interrogar criticamente sobre a natureza e a qualidade moral da nossa sociedade e a buscar alternativas teóricas para essas questões.

Argumenta-se, ainda, que a ciência moderna, com sua crítica moderna, fundamentada no marxismo e suas ramificações teóricas (estruturalismo, existencialismo, fenomenologia e a psicanálise) explica muito pouco a realidade social. A razão disso se encontra no fato da teoria crítica moderna conceber a sociedade como uma totalidade e, com isso, propõe um modelo padrão de economia, de ciência, de gestão, de desenvolvimento, uma sociedade regulada e culturalmente homogênea. Quando, na verdade, verifica-se uma sociedade multicultural que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos e/ou padronismos. E prossegue dizendo que “uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável”, uma vez que é necessária outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separa do objeto que estudamos (SOUSA SANTOS, 1999, p. 204). Em suma, é preciso construir um conhecimento emancipatório, capaz de promover o deslocamento do monoculturalismo para multiculturalismo, da padronização para diversificação, da dicotomia para integração. Por essa concepção, só por meio de uma visão sistêmica e ampla do conceito de ciência que poderemos avançar nas complexidades do mundo contemporâneo.

Da mesma forma, porém, em uma análise mais pontual, Fournier e Grey (2000, p. 14) enfatizam os equívocos teóricos e práticos do campo da gestão e assim declaram: “de um modo geral, o estudo da gestão e das organizações inspirou-se nas tradições das ciências sociais, mas de uma maneira muito defasada”. No entendimento dos autores, o estudo da gestão, embora sendo um campo das ciências sociais, limitou-se à produção de um conhecimento positivista e funcionalista, ao passo que as demais ciências sociais já praticavam outras formas alternativas de construção do conhecimento, dentre elas: o neomarxismo da Escola de Frankfurt, o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo, a crítica literária, o feminismo, a psicanálise, os estudos culturais, o ambientalismo, o pós-colonialismo.

Diante dessa pluralidade teórica e metodológica, não poderiam os estudos da gestão e das organizações ficar presos a uma única realidade social (eurocentrismo/estadunidense) e/ou a uma única forma de produção do conhecimento (positivismo/funcionalismo). Desse modo, Fournier e Grey (2000) utilizam a expressão “estudos críticos em gestão” em um sentido amplo, com o objetivo de abarcar uma pluralidade de tradições intelectuais conflitantes, a fim de estabelecer fronteiras entre trabalhos críticos e não críticos. Para tanto, sugerem que a demarcação entre estudos críticos e não críticos em gestão seja feita com base em três parâmetros: 1) propósito não performático; 2) visão desnaturalização; 3) reflexibilidade. Além desses três parâmetros propostos por Fournier e Grey (2000), encontramos na literatura um quarto parâmetro, não menos importante, proposto por Alvesson e Willmott (1992). Trata-se da “busca emancipatória”, parâmetro também sistematizado por Davel e Alcadipani (2003). Vejamos o significado desses parâmetros:

- **Propósito não performático:** trata-se do parâmetro mais usual para demarcar a fronteira entre um estudo crítico e tradicional em gestão. A premissa performativa preza por saberes que promovam a maximização dos ganhos e minimização das perdas. A gestão, nessa categoria de saber, é regida pelo princípio performático de subordinar o conhecimento e a verdade à produção da eficiência, da eficácia e da lucratividade. O estudo crítico não se coloca para gerar conhecimento em função da performance econômica organizacional. Quando se inclui a performance na análise é para descobrir o que está sendo feito ou não em seu nome. Davel e Alcadipani (2003, p. 75) nos dizem que “o foco do estudo crítico em gestão está na tentativa de emancipar as pessoas dos mecanismos de opressão, tendo, de fato, o humano como ponto fundamental”.
- **Visão desnaturalização da administração:** consiste em não reduzir a realidade ao que existe, ou seja, reconhecer que os fenômenos sociais podem e devem ser compreendidos de formas diferentes. Isso porque enquanto os estudos tradicionais da gestão se engajam em explicar uma realidade dada, abstraindo de suas análises a formação social e o contexto histórico, os estudos críticos buscam o questionamento sistemático dessas estruturas e de sua base teórica. Em suma, os estudos críticos estão interessados em revelar que as coisas podem não ser o que parecem ser, mesmo que a razão dada para isso contemporize tanto ontológica quanto politicamente.
- **Reflexibilidade:** trata-se da extensão filosófica e metodológica que deve ser desenvolvida dentro do campo dos estudos críticos da gestão. Não diz respeito apenas ao fato dos estudos tradicionais serem positivistas, enquanto os estudos críticos não o são, mas se deve desvendar o por quê de nos estudos tradicionais o positivismo ser dominante. A reflexão sobre epistemologia, ontologia e metodologia deve ser uma constante nos estudos críticos de gestão.
- **Busca emancipatória:** consiste na libertação dos sujeitos individuais das relações de poder em que estão inseridos. Davel e Alcadipani (2003, p. 75) afirmam que: “os ECA procuram enfatizar, nutrir e promover o potencial da consciência humana para refletir de maneira crítica sobre as práticas opressivas, facilitando, assim, a extensão dos níveis de autonomia e responsabilidade das pessoas”. Os estudos críticos em gestão visam a favorecer nos indivíduos uma consciência autônoma e democrática das instituições modernas e de suas práticas gerenciais, portanto, não admitem a neutralidade positivista dos estudos tradicionais.

Isso posto, grosso modo, podemos classificar os ECA como toda produção científica, alternativa ao *mainstream* do pensamento administrativo, cuja gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo fundamenta-se em princípio não performático, desnaturalizado, reflexivo e emancipatório; onde sociedades, organizações e indivíduos exercem um papel de razão capaz de transcender o universo normativo das instituições modernas. Refere-se a uma abordagem teórica ainda recente no campo da administração que (re)abre a discussão sobre a função social da gestão nos estudos administrativos e organizacionais (FOURNIER e GREY, 2000).

Nos ECA, a gestão não é simplesmente um conjunto de técnicas gerenciais, tal como concebem os teóricos dos EOA, ou simplesmente uma dimensão da vida organizacional, como assim consideram os teóricos dos EO. A gestão para os ECA é uma prática social, fruto das relações sociais de produção, portanto, sujeita às ideologias, aos valores e aos interesses de classes (ALVESSON e WILLMOTT, 1992; FOURNIER e GREY, 2000). Conceber a gestão como mera atividade técnica é uma tentativa de criar a ilusão de uma possível neutralidade científica na administração. Em razão disso, espera-se que os ECA possam: a) denunciar o caráter opressivo da administração; b) manter uma postura crítica em relação à razão instrumental; c) opor-se ao poder dominante, à ideologia, ao privilégio administrativo e às hierarquias; d) desmistificar o mito da neutralidade científica nos estudos administrativos e organizacionais.

Os ECA têm origem no pensamento anglo-saxão, na década de 1990, com a criação e o desenvolvimento do movimento denominado Critical Management Studies (CMS) e com a publicação da coletânea organizada por Alvesson e Willmott (1992), com o mesmo título. Desde então, houve um desencadeamento em série de outras publicações, colóquios, conferências, *workshops* e redes acadêmicas, concebidas para discutir aquilo que poderia ser uma administração crítica (FOURNIER e GREY, 2000).

Paes de Paula, Maranhão, Barreto, et al. (2010) citam o desenvolvimento dos ECA nos EUA em *Academy of management* e nos estudos coordenados por Paul Adler, e destacam o pioneirismo de autores brasileiros, como Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, que já nas décadas de 1950 a 1980 apresentavam em suas produções uma forte identidade crítica. Guerreiro Ramos produziu trabalhos com essas características entre as décadas de 1950 e 1980, assim como Maurício Tragtenberg, entre as décadas de 1970 e 1990. Outros teóricos também atuaram na área na década de 1980, como Fernando Prestes Motta, e desenvolveram estudos críticos que antecederam a consolidação da corrente na Europa e Estados Unidos.

Misoczky e Andrade (2005) reconhecem que, embora os ECA tenham como referência obrigatória a publicação de *Critical management studies* (ALVESSON e WILLMOTT, 1992), em contexto britânico, é nos EUA que se encontra uma linha argumentativa mais progressista, cuja síntese é expressa na “missão” do Critical Management Studies Workshop, promovido pela American Academy of Management:

Nossa crença é a administração da empresa moderna (e frequentemente, de outros tipos de organização) é guiada por uma meta estreita – o lucro, em vez de ser guiada pelos interesses da sociedade como um todo, e que outras metas – justiça, comunidade, desenvolvimento humano, equilíbrio ecológico – devem ser trazidas para o centro da governança da atividade econômica. Somos críticos da noção de que a busca do lucro vai, automaticamente, satisfazer estas metas mais amplas. Acreditamos que este sistema unilateral extrai um inaceitável custo social em troca do progresso que oferece. As empresas guiadas por tal meta estrita se constituem em estruturas de dominação. O objetivo do CMS Workshop é, portanto, o desenvolvimento de interpretações críticas – interpretações que são críticas da administração, não de administradores individualmente (MISOCZKY e ANDRADE, 2005, p. 215).

A proposta de estudos críticos apresentada pela American Academy of Management parece estar mais próxima a uma visão emancipatória, transformadora e libertária das práticas sociais, quando comparada à proposta de estudos críticos da academia britânica liderada por Mats Alvesson e Hugh Willmott:

A intenção da teoria crítica não é envolver em projetos utópicos pela eliminação da hierarquia, da divisão do trabalho ou, mesmo, pela abolição da separação entre administração e outras formas de trabalho. Em vez disso, sua aspiração é apoiar o desenvolvimento de organizações em que a comunicação (e o potencial produtivo) seja, progressivamente, menos distorcida pelas relações assimétricas e opressivas de poder (MISOCZKY e ANDRADE, 2005, p. 223).

No Critical Management Studies Workshop, é possível identificar valores progressistas e metodologias pós-positivistas, essa proposta é comprometida pela construção de outra forma de gestão. Diferentemente da proposta do pensamento britânico, que caminha rumo a uma crítica reformista da gestão ortodoxa, apenas para revelar algumas distorções desse modelo de gestão, manifestadas em fenômenos sociais, como diferença de classe, de gênero e de etnia.

Davel e Alcadipani (2003) verificaram que o corpo teórico que nutre o desenvolvimento dos ECA perpassa, basicamente, três correntes teóricas. A primeira corrente é composta pelas “teorias críticas modernistas” desenvolvidas no âmbito do marxismo, do neomarxismo e da Escola de Frankfurt. Essa corrente considera que vivemos em um mundo repleto de dores e conflitos e que muito pode ser feito pelos teóricos e pelas teorias críticas para aliviar essas dores. A segunda corrente engloba as “teorias pós-analíticas”, como: pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-desenvolvimento, entre outras. Parte do pressuposto de que o significado das coisas é desenvolvido por meio de uma rede social que pode ser lida como se fosse um texto. Assim, os estudos pós-analíticos refletem e questionam as formas como certos textos são destacados na vida organizacional e social. Na terceira corrente estão as “teorias feministas” que analisam a gestão a partir da questão de gênero, com ênfase em temas como exclusão, opressão, controle, poder, funções, elaborando novas formas de lidar com tais situações.

Para Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009), é nessa pluralidade epistemológica que podem ocorrer as contradições dos ECA. A questão consiste em saber como é possível integrar, em um mesmo espaço, estudos frankfurtianos, pós-estruturalistas, marxistas, interpretativistas ou pós-modernistas, epistemológica e metodologicamente tão diferentes entre si: a) a multiplicidade epistemológica ajuda a preservar o próprio movimento; ou b) existe um descompromisso com o projeto da crítica, por intermédio do “gerencialismo engajado”?

Ao analisar essa possível problemática dentro dos ECA, Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009) entendem que o ecletismo teórico, característica marcante do movimento, possibilita um distanciamento, prioritariamente, de uma epistemologia crítica nos moldes da teoria marxista e teoria crítica frankfurtiana, bem como a legitimação da crítica, pelo “gerencialismo engajado” na ortodoxia da administração e dos EO. A ideia do “gerencialismo engajado” soa como uma espécie de discurso reformista do pensamento ortodoxo, onde se verifica uma possibilidade de engajamento e resistência interna, mas não em oposição às iniciativas gerenciais.

O “gerencialismo engajado” não descarta o princípio performático da gestão como propuseram Fournier e Grey (2000), mas introduz os conceitos reformistas de “performatividade crítica e microemancipação”. O argumento centra-se na ideia de que a performatividade crítica seria uma forma de complementar a crítica sem substituí-la, fazendo incisões incrementais em processos de gestão não desejados. Por sua vez, o argumento da microemancipação centra-se em um entendimento de que não é possível introduzir grandes transformações na sociedade, mas apenas transformações graduais, visto que é limitado o espaço para revoluções em larga escala. Logo, a emancipação só é possível nas microrrelações sociais.

Pelo exposto, é possível identificar duas vertentes críticas no campo dos ECA. Uma de caráter reformista, comprometida com a pluralidade teórica, reconhecidora das limitações da escola ortodoxa, liderada pela academia europeia e estadunidense, mas firme na defesa dos princípios fundamentais do *mainstream*, como a eficiência, a eficácia e a lucratividade (performance crítica) e a microemancipação da gestão. Outra de caráter revolucionário, comprometida com um pensamento crítico mais próximo da tradição frankfurtiana, opositora da escola ortodoxa, defensora de outras realidades teórico-práticas de gestão (TRAGTENBERG, 1974; RAMOS, 1989; POLANYI, 2000; MISOCZKY e CAMARA, 2015; SEIFERT e VIZEU, 2015a; 2015b), para além dos modelos euro-americanos dominantes.

## EPISTEMOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO: A RESSIGNIFICAÇÃO DO OBJETO (GESTÃO)

Apresentada a análise das matrizes teóricas da administração, objetiva-se, nesta seção, refletir sobre a problemática epistemológica do objeto de estudo dessa ciência. Em princípio, pode-se definir epistemologia como um campo da filosofia que tem por finalidade questionar os fundamentos da ciência, de modo a delimitar seu objeto, alcances, valores, ideologias, poder e reconhecimento (NASCIMENTO, 2002). Quase sempre, busca responder questões do tipo: O que é ciência? Como é possível alcançá-la? Existe neutralidade científica? Enfim, trata-se das questões discursivas (*logos*) sobre a ciência (*episteme*). E pode, segundo Hilton Japiassu (1992, p. 24), ser classificada em três categorias: epistemologia global ou geral – quando se refere ao saber universalmente reconhecido, seja este especulativo ou científico; a epistemologia particular – quando se relaciona a um campo particular do saber, seja este especulativo ou científico; e a epistemologia específica – quando se refere ao estudo próximo, detalhado e técnico da organização, do funcionamento e das possíveis relações que uma disciplina, na condição de unidade de saber científico, mantém com outras disciplinas.

Neste ensaio, aplica-se a categoria da epistemologia específica, já que se pretende refletir sobre a delimitação epistemológica do campo da administração. Todavia, nem sempre é fácil delimitar o campo de atuação de determinada ciência, uma vez que, para isso, é preciso cumprir, com certa precisão, alguns condicionantes epistemológicos, como: objeto, teoria, método, pressupostos/hipóteses etc.

No que tange à administração, Whitley (1977) afirma que esta pode ser considerada uma ciência factual, visto que seu objeto de estudo se constitui de fenômenos de ordem social, ou seja, do estudo e da melhoria da coordenação e do controle de atividades humanas associadas. Thompson (1956) classifica a administração como uma ciência social aplicada, por buscar observar, descrever e explicar as relações sociais existentes no processo da organização e da distribuição da produção.

Serva, Dias e Alperstedt (2010, p. 278), analisando as bases epistemológicas da administração, advogam que se trata de “uma ciência social ainda em gestação, cujo objeto não é uma realidade dada e pronta para ser investigada, mas, algo socialmente construído”. Os autores afirmam, ainda, que ela necessita ser reconstruída à luz de uma problemática teórica específica e que, para responder ao critério de cientificidade, deve não só superar certo número de obstáculos epistemológicos, mas também desenvolver instrumentos adequados de análise. Para os autores, os obstáculos encontram-se no parasitismo ideológico, no normativismo e nas armadilhas do empirismo, elementos caracterizadores da epistemologia positivista/funcionalista.

Marchi (2010), ao estudar o campo, analisou a influência das principais correntes da filosofia da ciência na formação do conhecimento administrativo, desde o empirismo racionalista à filosofia da complexidade. Nesta última, a complexidade tem sido apresentada como uma abordagem que consegue compreender melhor a realidade dos problemas administrativos e organizacionais. A Quadro 2, que se segue, traz uma síntese desse estudo de modo a demonstrar as principais influências do pensamento científico no campo da administração.

**Quadro 2**  
**Influência do Pensamento Científico no Campo da Administração**

Corrente de Pensamento	Pensadores	Influência na Administração
<b>Empirismo/Racionalismo</b>	Francis Bacon, René Descartes e Immanuel Kant	Base para os princípios da administração científica, decomposição das tarefas, homem racional, separação sujeito/objeto.
<b>Positivismo/Utilitarismo</b>	Auguste Comte, Karl Popper, Moritz Schlick e Jeremy Bentham	Progresso como processo evolutivo e linear, materialismo utilitário.
<b>Funcionalismo</b>	Émile Durkheim Bronisław Malinowski e Philip Selznick	Conceito de função relacionada às necessidades, estruturas sociais como estruturas funcionais, organizações por objetivos, culto à função, homem funcional.
<b>Sistemismo</b>	Talcott Parsons, Walter Buckley, Fremont Kast e James Rosenzweig	Organizações legitimadas pela sociedade, sociedade como conjunto de organizações como parte do sistema social, modelo de processo, regulação dinâmica, equilíbrio do sistema, reprodução do sistema.
<b>Dialética</b>	Karl Marx, Georges Gurvitch, Francine Séguin Bernard & Jean François Chanlat e J.K Benson	Fenômenos inter-relacionados, a produção social da organização que envolve as noções de ideias, interesses, poder dos atores; a organização como uma totalidade, visão das relações complexas da organização, considera a história, estado de “vir-a-ser”, mudanças de sistema, conflito.
<b>Complexidade</b>	Christian Descamps, Edgar Morin e Ilya Prigogine & Isabelle Stengers.	Ordem/desordem, equilíbrio/desequilíbrio, natureza é complexa, união de contrários, dinâmica de fluxo, inseparabilidade do sujeito/objeto, visão sistêmica, trajetória do desenvolvimento não linear, incerteza.

Fonte: Adaptada de Marchi (2010, p 12-13).

O estudo revela que o campo da administração surge no contexto fortemente influenciado pelo conceito de ciência comtiana e pela lógica funcionalista, tal como relatamos na seção sobre os EOA. Auguste Comte acreditava que os fenômenos sociais poderiam e deveriam ser percebidos como fenômenos da natureza, ou seja, obedecendo leis gerais da física. Para tanto, deveriam usar a observação, a experimentação, a comparação e a classificação como método científico (positivismo comtiano). A lógica funcionalista, por sua vez, decorre do pensamento de Émile Durkheim, que explicava o desenvolvimento da sociedade em termos de funções realizadas por instituições. Para ele, cada instituição exerce uma função específica da sociedade e seu mau funcionamento significa um desequilíbrio na própria sociedade.

As bases epistemológicas da ciência positivista/funcionalista influenciaram o pensamento dos precursores da administração e seus seguidores por muito tempo, contudo, novas abordagens destacaram-se em meados dos anos de 1980 e 1990, em uma perspectiva crítica e pós-moderna. Marchi (2010) reconhece que essas novas abordagens chegam tardiamente no campo da administração. As razões para isso podem ser explicadas pelo fato do funcionalismo ter ocultado de suas análises o elemento ideológico e histórico, além do desinteresse do marxismo pelos estudos administrativos e organizacionais. O sistemismo é incorporado aos estudos administrativos e organizacionais, não para modificar a ordem que enclausurou, mas para reforçá-la. Já a abordagem dialética contribui sobremaneira para superar as limitações da epistemologia positivista/funcionalista, focando-se na compreensão do poder, da história, da política e nas intenções dos agentes (empresa, governo, sociedade) envolvidos.

A complexidade emerge como abordagem integradora para explicar o real ou para percebê-lo de uma maneira mais próxima. Nela prevalece a lógica dialógica onde é possível lidar com situações de ordem/desordem, equilíbrio/desequilíbrio, estático/dinâmico, ao contrário da epistemologia positivista/funcionalista onde o conhecimento caracteriza-se por ser sistemático, metódico, exige demonstração, submete-se à comprovação, ao teste para estabelecer relações de causa e efeito. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre sujeito e objeto. Diferentemente da epistemologia da complexidade, descrita por Boaventura de Sousa Santos, Fritjot Capra, Ilya Prigogine, entre outros, que consideram que todo conhecimento científico é natural e social, local e total, constitui-se em senso comum e busca o autoconhecimento. Para esses autores, não há dicotomia entre ciências naturais e ciências sociais. Essa distinção se assenta em uma concepção mecanicista da matéria e da natureza.

Serva, Dias e Alperstedt (2010, p. 279), ao analisar a abordagem da complexidade no campo dos estudos administrativos e organizacionais, relatam que a epistemologia positivista/funcionalista da administração criou uma falsa imagem de uma ciência unitária, coesa em uma teoria gerencialista. Todavia, ao mesmo tempo em que gerava a imagem de unidade, excluía o campo que não aceitava se submeter à ortodoxia do pensamento administrativo. Por conseguinte, houve uma ruptura com o cientificismo pragmático, quando novos membros do campo da administração reivindicavam o *status* de ciência social aplicada na perspectiva de uma epistemologia historiográfica e sociológica. O resultado é uma epistemologia cada vez mais local, explícita, empírica e pluralista.

Na tentativa de desenvolver um olhar interdisciplinar da administração, a partir do estudo de racionalidade nas organizações e de uma abordagem substantiva sobre elas, Serva, Dias e Alperstedt (2010, p. 280) retomam as críticas de Guerreiro Ramos à epistemologia dos estudos administrativos e organizacionais convencionais para fundamentar a proposta de uma epistemologia pós-moderna.

[...] Guerreiro Ramos (1989) evidencia a emergente necessidade de uma reformulação epistemológica na teoria das organizações, indicando que ela tende a sobreviver apenas se vier a se transformar e se propuser como teoria viável, uma vez que, como afirmado por ele, o homem tem diferentes tipos de necessidades e a sua satisfação requer vários tipos de cenários sociais. O sistema de mercado só atende alguns desses tipos de necessidades humanas, e, por isso, o autor acredita que “o comportamento administrativo é conduta humana condicionada por imperativos econômicos”.

A compreensão de Serva, Dias e Alperstedt (2010) é de que toda a epistemologia da administração, até então, é concebida com base na crença de apenas um enclave social (mercado) e de uma ação administrativa pautada na racionalidade instrumental. Na verdade, o mercado é apenas um enclave da sociedade e a ação administrativa não ocorre somente pela via da racionalidade instrumental, mas, por intermédio também da racionalidade substantiva. Para esses autores, a administração precisa libertar-se das amarras da epistemologia positivista/funcionalista com sua lógica formal, racional e utilitária, para que possa caminhar em uma perspectiva de uma ciência mais próxima da sua realidade social.

Como é possível perceber, a administração, na tentativa de adequar-se ao conceito de ciência concebido na modernidade, para ser aceita como tal, condicionou-se a construir uma ciência descontextualizada, fragmentada e prescritiva. Além disso, acrescenta-se o fato de estarmos diante de um campo de conhecimento que sequer tem seu objeto científico definido. Essas limitações epistemológicas prejudicam o desenvolvimento e a consolidação do campo. Isso se torna mais clarividente nos estudos realizados por Santos, Santos e Braga (2016), junto à comunidade científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD). Os estudos desses autores comprovam a existência de uma indefinição, por parte da comunidade científica brasileira, quanto ao objeto de estudo da administração, uma vez que essa comunidade considera a gestão (45%), a organização (24%), a estrutura (12,5%) e o indivíduo (10,6%) como possíveis objetos científicos da administração, sem contar uma parcela dessa comunidade (7,7%) que sequer foi capaz de indicar um elemento de investigação para a ciência da administração. Essa indefinição epistemológica, em nossa perspectiva, acaba limitando o desenvolvimento do campo da administração, porque quando não se tem clareza quanto ao objeto e a finalidade do campo, este perde a direção de seus propósitos.

Nosso entendimento sobre essa questão consiste em não descartar a possibilidade, de fato, da gestão vir a ser objeto científico da administração. Entretanto, ao considerarmos a gestão objeto científico da administração, entendemos, também, que precisamos nos aprofundar teoricamente sobre esse constructo social, dado que o conceito de gestão não se limita às relações sociais internas das organizações, como imaginam os teóricos dos EO, muito menos a um conjunto de técnicas, métodos e/ou ferramentas gerenciais de planejamento e controle, tais como conceberam os pioneiros dos EOA. A gestão é, antes de tudo, um fenômeno que nasce “da”, “com”, e “para” a sociedade, um contrato e uma prática social que devem ser legitimadas e reconhecidas por todos os enclaves (Estado, mercado e sociedade). Estudos dessa natureza

já vêm sendo realizados por algumas redes, centros e núcleos de pesquisa do país, com destaque para: a Rede de Pesquisa em Administração Política da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o Núcleo de Pesquisa em Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); o Núcleo de Estudos de Gestão Dialógica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em geral, os pesquisadores dessas redes vêm canalizando esforços no sentido de conceder outro significado para o imaginário gerencial, recuperando outro sentido para a gestão, salientando, além da técnica, as dimensões políticas, sociais e críticas da gestão (SANTOS, RIBEIRO e SANTOS, 2009; SERVA, 2016; KOPELKE e BOEIRA, 2016; PAES DE PAULA, 2016). Entender a gestão como objeto de estudo da administração significa ir fundo nas estruturas de poder, de ideologia e de comando da sociedade. É observar, descrever, analisar, explicar e até orientar as relações sociais de produção, distribuição e consumo, em qualquer que seja a sociedade, isto é, pré-capitalista, capitalista ou pós-capitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Este ensaio demonstrou que o conhecimento científico, em sua versão contemporânea, fundamenta-se em princípios que prezam pela totalidade universal dos saberes, independente das suas categorias e especializações. O fazer ciência significa estabelecer diálogos que vão da filosofia à estética, do local ao global e do micro ao macro, além de considerar que o processo de investigação não se restringe apenas a observar, descrever e explicar – é preciso propor e orientar.

Nessa perspectiva, detectou-se que a administração para se consolidar como campo científico necessita libertar-se de algumas amarras do pensamento epistemológico moderno, uma vez que este tenta construir um conceito de ciência que descarta e desqualifica as demais fontes de saberes. Em função disso, verifica-se a predominância na produção científica da administração de um pensamento positivista/funcionalista, limitando-se a analisar apenas as organizações modernas, desconsiderando, portanto, o universo das organizações não mercantis e pós-modernas. É preciso compreender, de uma vez por todas, que o fato administrativo, na condição de fato social, não é um fenômeno exclusivo das organizações mercantis ou do Estado moderno, portanto, não podemos e não devemos construir uma ciência apenas para atender essas organizações sociais, mesmo reconhecendo que foram estas que deram origem ao campo de conhecimento.

Em nosso entendimento, é necessária uma reflexão profunda sobre o que consideramos campo científico da administração, principalmente no que diz respeito aos elementos determinantes dessa ciência, ou seja, objeto, teoria, método e pressupostos. É preciso que tenhamos mais clareza sobre os propósitos epistemológicos desse campo de conhecimento, considerando que uma ciência que sequer apresenta com precisão seu objeto de estudo está, grosso modo, a navegar sem direção. Ou uma Teoria Geral da Administração (TGA) que só contempla o pensamento ortodoxo e desconsidera outras possibilidades teóricas (EO e ECA) está sujeita a ser vista como apenas um manual de procedimentos empresariais. Ou, ainda, uma ciência que condiciona sua ação apenas para um enclave social (mercado), guiada, exclusivamente, pelos pressupostos da escassez de recursos e das necessidades ilimitadas, na verdade, não passa de um mecanismo ideológico de uma categoria social em detrimento das demais. Não podemos construir uma ciência apenas para atender às necessidades do mundo do *business* (AKTOUF, 2004), dado que esta é apenas uma das dimensões nas quais se manifesta o fato administrativo, haja vista que é preciso lembrar a existência de duas outras dimensões, em nosso entender, de maior representatividade e legitimidade que o mercado, trata-se do Estado e da sociedade.

Portanto, ao considerar a administração como fato social e campo de conhecimento, é importante compreender que estamos diante de um fenômeno que engloba não só a gestão empresarial, mas, sobretudo, a gestão social e estatal. Em função disso, torna-se imprescindível compreender que o campo de atuação da administração não se restringe ao universo da microgestão, mas, da meso e da macrogestão. A macrogestão, tal como o regime político, a ordem jurídica, o sistema econômico, é um contrato social decorrente do acordo estabelecido entre os membros da sociedade. Nela, contém o projeto de nação com as diretrizes gerais: o que a nação quer ser? Aonde pretende chegar? Como devemos organizar o sistema de produção? Como devemos distribuir a riqueza gerada? Quem deve consumir a riqueza gerada por essa sociedade? A mesogestão ou a gestão pública é constituída no âmbito do Estado, deve garantir as aspirações e desejos da sociedade ou da gestão social, diante dos interesses e das ações da microgestão ou da gestão empresarial. A ação energética dessas três

categorias de gestão – gestão social, gestão pública e gestão empresarial – delimita o campo de atuação da administração e exige da comunidade científica da administração um posicionamento quanto à responsabilidade acadêmica desse fato social. Diante disso, defendemos que:

- O campo da administração tome para si o estudo da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo em qualquer contexto e momento histórico do processo civilizatório da humanidade;
- O ensino e a pesquisa no campo da administração não fiquem restritos a um único modelo de sociedade e visão de mundo;
- O ensino e a pesquisa no campo da administração sejam orientados para observar, descrever e explicar os fenômenos, porventura existentes na gestão social, estatal e empresarial;
- Existem correlações de forças ideológicas, teóricas e de prática da gestão dentro do campo, portanto, torna-se necessária uma disciplina para desvendar, evidenciar e denunciar os propósitos e as contradições epistemológicas, metodológicas e praxiológicas das vertentes teóricas que compõem o campo da administração.

Enfim, torna-se evidente que os estudos no campo da administração têm de contemplar as diversas formas de gestão das relações sociais, independente do sistema econômico de produção ou do seu tempo histórico. Só assim acreditamos que seja possível desenvolver um conhecimento que integra e engloba e não que exclui e fragmenta, evitando, com isso, uma visão desatualizada, doutrinária e acrítica da administração.

## REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. Administração e teorias das organizações contemporâneas: rumo a um humanismo radical? **Revista Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 8, p. 13-33, 2001.
- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- AKTOUF, O. O ensino da administração: por uma pedagogia para mudança. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 151-158, 2005.
- ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. **Critical management studies**. London: Sage, 1992.
- BOURDIEU, P. **Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CHALAT, J. F. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Atlas, 2000.
- COOKE, B. O gerenciamento do (terceiro) mundo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 3, [s.p], 2004.
- COOKE, B. Participatory management as colonial administration. In: DAR, S.; COOK, B. **The development management**. London/New York: Zed Books, 2008. 111-149 p.
- CUNHA, M. P. Ciência organizacional: passado, presente futuro ou uma viagem dos clássicos aos pós-modernos. In: CUNHA, M. P. **Teoria organizacional: perspectivas e prospectivas**. Lisboa: Dom Quixote, 2000. 47-65 p.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira dos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.
- ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Norma, 2007.
- ESCOBAR, A. **Territories of difference: place, movements, life, redes**. Durham: Duke University Press, 2008.
- FADUL, E. M. C.; SILVA, M. A. M. Limites e potencialidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 3, p. 351-365, 2009.
- FOURNIER, V.; GREY, C. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, v. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.
- FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social: um conceito em construção. In: COLOQUIO INTERNACIONAL EL ANÁLISIS DE LAS ORGANIZACIONES Y LA GESTIÓN ESTRATÉGICA: PERSPECTIVAS LATINAS, 2.; 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n], 2003.
- FRANÇA FILHO, G. C. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. In: SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Mandacaru, 2004. 19-143 p.
- JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- LAWRENCE, P. R. **Historical development of organizational behavior**. Working paper. Graduate School of Business Administration, Harvard University. Boston, MA, 1983.
- KIPPING, M. Consultancies, institutions and the diffusion of Taylorism in Britain, Germany and France, 1920 to 1950s. **Business History**, v. 39, n. 4, p. 67-83, 1997.
- KOPELKE, A. L.; BOEIRA, S. L. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, p. 78-95, 2016.
- MARCHI, J. J. Bases do conhecimento científico e sua influência na formação da ciência da administração. In: COLÓQUIO DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 1., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- MATTOS, P. C. "Administração é ciência ou arte?" O que podemos apreender com esse mal-entendido? **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 3, p. 349-360, 2009.
- MISOCZKY, M. C.; ANDRADE, J. A. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 215-233, 2005.
- MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D. Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos estudos organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 286-314, 2015.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeça na Teoria das Organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 58-69, 2005.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa: Europa-América, 1982.
- MURPHY, J. The rise of global managers. In: DAR, S.; COOKE, B. **The development management**. London/New York: Zed Books, 2008. 18-40 p.
- NASCIMENTO, D. M. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- PAES DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais: por uma nova teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- PAES DE PAULA, A. P. Em busca de uma resignificação para o imaginário gerencial: os desafios da criação e da dialogicidade. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 2, p. 18-41, 2016.
- PAES DE PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies. **Cad. EBAPE.BR**, v. 7, n. 3, p. 393-404, 2009.
- PAES DE PAULA, A. P. et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 10-23, 2010.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FÍSCHER, T. (Ed.). **Handbook dos estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**, São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 61-98
- SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do desenvolvimento: percepções e perspectivas da comunidade científica da AnPAD. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 263-284, 2016.
- SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Mandacaru, 2004.
- SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Rev. Adm. Pública**, v. 43, n. 4, p. 914-941, 2009.
- SASAKI, S. The introduction of scientific management by the Mitsubishi Electric Engineering Co. and the formation of an organized scientific management movement in Japan in the 1920s and 1930s. **Business History**, v. 34, n. 2, p. 12-27, 1992.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Crescimento organizacional: uma ideologia gerencial? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 127-141, 2015a.
- SEIFERT, R. E.; VIZEU, F. Tréplica: Davi e Golias: possibilidades de ruptura ao gigantismo em estudos organizacionais e de gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, n. 1, p. 160-168, 2015b.
- SERVA, M. A Contribuição do Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência ao campo da administração no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 1-11, 2016.
- SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. D. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.
- SOUSA SANTOS, B. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 54, p. 197-215, 1999.
- SOUSA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.
- TAYLOR, F. W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, [1911] 2010.
- THOMPSON, J. D. On building an administrative science. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 102-111, 1956.
- TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.
- VIZEU, F. (Re)contando a velha história: reflexões sobre a gênese do *management*. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 780-797, 2010.
- WHITLEY, R. The sociology of scientific work and the history of scientific developments. In: BLUME, S. (Ed.). **Perspectives in the sociology of science**. New York: John Wiley and Sons, 1977. 21-50 p.

Elinaldo L. Santos

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (EUFBA), com cotutela na Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal; Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Coordenador do Grupo de Pesquisa em Administração Política do Desenvolvimento GPAP/CNPQ; Integrante do Núcleo Organização, Racionalidade e Desenvolvimento (ORD/UFSC); Diretor da Associação Brasileira de Administração Política (ABAP). E-mail: elinaldousesb@gmail.com